

Quando e Quantos Filhos Ter? Lições a Partir de um Estudo Qualitativo entre Casais de Baixa Escolaridade em Machadinho d'Oeste (RO)¹

¿Cuándo y cuántos hijos tienen? Lecciones a partir de un estudio cualitativo entre parejas de baja escolaridad en Machadinho d'Oeste (RO)

When and how many children to have? Lessons from a qualitative study among low schooling couples in Machadinho d'Oeste (RO)

Angelita Alves de Carvalho

Laura L. R. Wong

Resumo: Este trabalho analisa o processo de planejamento por filhos, a fecundidade alcançada e satisfação com esse resultado entre casais de contextos rurais e com menor nível de escolaridade em Machadinho d'Oeste, no Estado de Rondônia. O estudo utiliza dados qualitativos oriundos de uma pesquisa de campo, na qual se entrevistou 20 casais. Parece existir uma convergência dos níveis de fecundidade no país para patamares reduzidos, contudo, as motivações para ter um número de filhos menor se diferem daquelas normalmente apontadas por casais de maior escolaridade e renda e de contextos de grandes cidades para uma baixa fecundidade. Além disso, as decisões sobre quando e quantos filhos ter ainda são de grande responsabilidade das mulheres, existindo pouca negociação nesse campo.

Palavras-chave: Planejamento por Filhos. Fecundidade Desejada e Alcançada. Metodologia Qualitativa.

Resumen: Este trabajo analiza el proceso de planificación por hijos, la fecundidad alcanzada y satisfacción con ese resultado entre parejas de contextos rurales y con menor nivel de escolaridad en Machadinho d'Oeste, en el estado de Rondônia. El estudio utiliza datos cualitativos oriundos de una investigación de campo, en la cual se entrevistó a 20 parejas. Parece existir una convergencia de los niveles de fecundidad en el país para niveles reducidos, pero las motivaciones para tener un número de hijos menores se diferencian de aquellas normalmente apuntadas por parejas de mayor escolaridad y renta en de contextos de grandes ciudades para una baja fecundidad. Además, las decisiones sobre cuándo y cuántos hijos tienen todavía son de gran responsabilidad de las mujeres, existiendo poca negociación en ese campo.

Palabras clave: Planificación por Hijos. Fecundidad Deseada y Alcanzada. Metodología Cualitativa.

Abstract: This research analyzes the process of planning to have children, the achieved fertility and satisfaction with this result among couples from rural backgrounds and with lower level of education in an area of agricultural border in Machadinho d'Oeste, in state of Rondônia. The study uses qualitative data from a field survey where 20 couples were interviewed. It is possible to say that there is a convergence of fertility levels in the country to reduced levels. Although the motivations that lead to the desire for a smaller number of children of these couples differ from those reasons usually pointed out by couples with higher schooling and income in areas of large cities with a low fertility. In addition, the decisions about when and how many children to have are still of great responsibility of the women, and there is little negotiation in this field.

Keywords: Planning for Children. Desired and Realized Fertility. Qualitative Methodology.

¹Trabalho apresentado no VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Foz do Iguaçu/PR – Brasil, de 17 a 22 de outubro de 2016.

Angelita Alves de Carvalho – Doutora em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG. Pesquisadora em informações geográficas e estatísticas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas/IBGE. E-mail: angelita.carvalho@ibge.gov.br

Laura L. R. Wong – Doutora em Demografia pela London School of Hygiene and Tropical Medicine. Professora do Centro de Desenvolvimento e Planejamento da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: lwong@cedepplar.ufmg.br

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Taxa de Fecundidade Total (TFT) sofreu reduções consideráveis nas últimas décadas do século XX, passando de 6,3 filhos por mulher, em 1960, para 4,4 em 1980, 2,4 em 2000, ficando abaixo no nível de reposição em 2004 até alcançar 1,77 filhos por mulher em 2013 (IBGE, 2010, p. 73). Contudo, essa transição da fecundidade se deu de maneira diferenciada entre as regiões geográficas brasileiras – devido às desigualdades sociais existentes nas diferentes regiões do país –, o qual também possui um caráter espacial acentuado, dada a elevada concentração da renda no território, levando, assim, a queda da fecundidade ocorrer em diferentes ritmos entre as Unidades da Federação. As Regiões Sul e Sudeste já apresentavam, desde a década de 1940, níveis de fecundidade mais baixos que as Regiões Norte e Nordeste (POTTER, *et al.*, 2010). Contudo, a oportunidade de efetivação do tamanho desejado da família em função da maior disseminação de práticas contraceptivas a partir da década de 1980, em especial a esterilização feminina, possibilitou uma redução da fecundidade mais significativa e acentuada nas Regiões Norte e no Nordeste do País (de, em média, 2,5 e 2,1 filhos por mulher em 2010), contribuindo para a diminuição dos diferenciais regionais da fecundidade (IBGE, 2010, p. 73).

Quando se analisa a evolução da fecundidade por nível de instrução das mulheres, observa-se uma convergência entre as taxas daquelas menos escolarizadas e mais escolarizadas, uma vez que está diminuindo a diferença entre as taxas de ambos os grupos, o que, a princípio, pode estar sendo influenciado por um efeito da melhoria da escolaridade das mulheres como um todo na última década, ou seja, por um efeito de composição populacional (CAMPOS; BORGES, 2015). Buscando eliminar esse possível efeito de composição, Berquó e Cavehanghi (2014 p.478) mostram que, após a padronização das taxas pela composição educacional, encontra-se um efeito de 84% da mudança na estrutura educacional sobre a queda das taxas de fecundidade. A renda também é importante para a caracterização dos diferenciais de fecundidade, contudo, com um efeito menor do que escolaridade. Apesar disso, ainda são elevados os diferenciais, pois entre aquelas com rendimento per capita de até um quarto de salário mínimo a fecundidade era alta (em média 3,3 filhos por mulher), e entre as mulheres com rendimento domiciliar per capita acima de um salário mínimo a taxa de fecundidade já era bastante reduzida, 1,3 filhos por mulher (BERQUÓ; CAVEHANGHI, 2014 p.479).

Estes diferenciais regionais e sociais encontrados nos níveis e padrão de fecundidade no Brasil são consequências da falta de políticas públicas direcionadas ao planejamento familiar conjuntamente ao processo de queda da fecundidade iniciado na década de 60. O acesso aos meios de regulação da fecundidade pelas mulheres, nesse período, foi feito de forma privada e seletiva. Sendo assim, o grupo mais pobre e de regiões mais longínquas não puderam comprar os métodos ofertados, ficando expostas “à gravidez não planejada, o aborto inseguro e a esterilização, como principal método contraceptivo” (CAETANO; AMORIM, 2012, p.23). Somente em 1996 foi, então, criada a Lei do Planejamento Familiar, a qual possibilitou o acesso às diferentes formas de contracepção, bem como de outros serviços relacionados ao pré-natal, parto, entre outros, por meio do Sistema Único de Saúde (COSTA, 2009). Contudo, nesse período, os níveis de fecundidade já se encontravam bastante reduzidos e, com isso, os “efeitos perversos” da falta de políticas de planejamento familiar já estariam presentes na sociedade brasileira.

Apesar da generalizada redução da fecundidade no país, ela não tem sido acompanhada da redução do número de filhos desejados. O que torna cada vez mais comum, também no contexto latino-americano, o surgimento de mulheres que desejam ter um número maior de crianças do

que efetivamente têm (WONG, 2009). No Brasil, os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) de 2006 mostraram que o número médio ideal de filhos declarado para todas as mulheres brasileiras de 15 a 49 anos era de 2,1 filhos, e a fecundidade observada era de 1,8 filhos (BERQUÓ; LIMA, 2008, p. 2012). Carvalho *et al.* (2016, p. 90) revelam que, de 1996 à 2006, houve inversão na defasagem entre número de filhos desejados e tidos. Em 1996, cerca de 40% das mulheres ao final do período reprodutivo tinham mais filhos que o desejado e apenas 24% vivenciavam o inverso. Já em 2006, o percentual de mulheres que terminaram o período reprodutivo com menos filhos que o desejado passou a ser maior que o percentual daquelas que excediam o número de filhos desejados (34% contra 27%, respectivamente). Porém, o estudo destaca, ainda, a existência de diferenciais socioeconômicos e sugere que, apesar de uma tendência do aumento da fecundidade não realizada para o país como um todo, a fecundidade discrepante positiva permanece um problema de acesso à saúde reprodutiva por parte de algumas mulheres, especialmente aquelas de menor escolaridade, renda e residentes nas regiões Norte e Nordeste do país (CARVALHO *et al.* 2016, p. 100).

Essa coexistência dos dois tipos de discrepância de fecundidade demonstra como a implementação das preferências reprodutivas no Brasil continua comprometida e deficitária, ora por domínio precário de informações por parte dos usuários, ora por falta de provisão de recursos públicos ou pelas dificuldades de acesso a serviços de planejamento familiar. Não obstante a essas especificidades, autores (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014; CAMPOS; BORGES, 2015) afirmam a existência de uma tendência de convergência nacional dos padrões de fecundidade, em que todas as mulheres têm diminuído o número de filhos, apesar de ritmos e espaços diferentes.

Nesse contexto, o estudo das preferências reprodutivas torna-se relevante, uma vez que analisa os motivos que levam as pessoas a realizar ou não suas intenções de fecundidade (MORGAN; TAYLOR, 2006). Apesar do conhecimento acerca da importância desse tipo de estudo (RYDER, 1973), existem no Brasil poucos trabalhos que consideram o ponto de vista de ambos os parceiros, uma vez que, a maioria deles, pela disponibilidade da fonte de dados, baseiam-se apenas na visão das mulheres sobre as decisões reprodutivas (BECKMAN *et al.*, 1983; MORGAN, 1985; THOMSON *et al.*, 1990; THOMSON, 1997; THOMSON; HOEM, 1998). Logo, faz-se necessário entender como as motivações de fecundidade de cada um dos parceiros separadamente se interagem e se combinam, impulsionando uma ação conjunta, que é ter ou não filhos.

O conhecimento mais detalhado da influência do parceiro e as tensões geradas nesse processo de tomada de decisão por filhos e implementação das preferências reprodutivas entre casais de contextos rurais e de baixa escolaridade possibilitará aprofundar a análise da discrepância e satisfação de fecundidade no Brasil em diferentes grupos socioeconômicos². Bem como as relações de gênero que se tecem nesse processo de barganha de decisão por filhos. Pois, assim como destacado por Carvalho *et al.* (2014), estudos mostram que as discordâncias entre o casal quanto às intenções e desejos de fecundidade resultam em vários processos alternativos de negociação e tomada de decisão, os quais devem ser analisados para se compreender como ocorre a dinâmica reprodutiva conjugal. Nesse processo de negociação, existem várias possibilidades de solução, em que as divergências podem ser resolvidas pelo exercício do poder de gênero.

Além disso, faz-se necessário destacar que, apesar da rápida queda de fecundidade observada na região Norte, vários estudos têm mostrado que regiões de fronteira agrícola, como o município

²Entenda-se por fecundidade discrepante o desequilíbrio entre fecundidade desejada e fecundidade efetiva ou realizada, isto é, o número de filhos tidos nascidos vivos.

de Machadinho d'Oeste, apresentaram fatores diretamente relacionados às altas taxas de fecundidade (MERRICK, 1978; SYDENSTRICKER, 1990; PAN, 2002; SUTHERLAND *et al.*, 2004; CARR *et al.*, 2006). Assim torna-se importante entender se o processo de ocupação e desenvolvimento desta região e as “marcas” deixadas pelo seu contexto histórico ainda influenciam as preferências reprodutivas, o planejamento dos filhos e a satisfação com a fecundidade entre os casais que lá residem.

Neste sentido, questiona-se: como se dá o processo de formação dos desejos por filhos e o planejamento familiar entre casais de menor escolaridade desta região? Se difere do que acontece com indivíduos de outros contextos e de maior escolaridade? Como se dão as negociações entre os cônjuges para a decisão por filhos? Há evidências de discrepância entre fecundidade realizada e desejada para casais de baixa escolaridade residentes na região? Esses casais têm mais filhos do que desejam ou têm menos do que gostariam? Investigações que possibilitem refletir sobre estas questões são necessárias.

Este artigo busca entender como se dá o processo de formação dos desejos e intenções por filhos e a presença ou não de fecundidade discrepante entre casais menos escolarizados residentes no município de Machadinho d'Oeste (Rondônia, Brasil), e de que forma estes casais negociam seus desejos entre si. Buscou-se, ainda, avançar com as discussões realizadas por Carvalho (2018), que fez uma análise qualitativa sobre as preferências reprodutivas e fecundidade discrepante de casais de alta escolaridade de um contexto metropolitano.

Tudo isso possibilitará o apontamento de possíveis restrições à implementação das preferências reprodutivas e a satisfação dos casais quanto o seu número de filhos tidos, e, com isso, discutir estratégias e políticas públicas de planejamento da fecundidade e conciliação de trabalho-família que garantam o acesso e respeito aos direitos reprodutivos pelos casais.

1 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

1.1 - Local de estudo, população, recrutamento e técnica de pesquisa

O local de pesquisa foi o município de Machadinho d'Oeste, localizado no estado de Rondônia, Brasil. Este local foi escolhido por ser o foco do projeto LUCIA³, ao qual este estudo se integra. O município de Machadinho d'Oeste tem peculiaridades importantes que são rapidamente comentados a seguir, uma vez que contextualizam os resultados apresentados mais adiante.

O município surgiu a partir do Projeto de Assentamento do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, desenvolvido durante o regime de ditadura militar, ainda na década de 1980, com o intuito de colonizar a região a partir da concessão de terras a famílias, para a prática agrícola (CASTRO; SINGER, 2003). Segundo Sydenstricker (1990), esse projeto de assentamento seduziu um grande número de pessoas, especialmente famílias, fazendo com que a população de Machadinho fosse composta basicamente de migrantes. Estes vinham em grande parte de São Paulo e Paraná, e vislumbravam a possibilidade de receber terras que poderiam, além de garantir o seu sustento, possibilitar uma melhoria da qualidade de vida. Eram famílias compostas por indivíduos de baixa escolaridade, residindo, majoritariamente, em áreas rurais com uma

³ *Land Use, Climate and Infections in Western Amazonia* (LUCIA) e Dinâmica Demográfica e Uso da Terra na Amazônia: um Estudo Longitudinal para a Região de Machadinho, Rondônia, coordenados por pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e financiados, respectivamente, pelo *Inter-American Institute for Global Environmental Research* (IAI) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

infraestrutura precária de serviços e carência de mão de obra para o trabalho agrário, configurando, assim, um cenário bastante favorável para altos níveis de fecundidade (SYDENSTRICKER, 1990). Embora categorizada como área de fronteira, estudos em andamento levantam a possibilidade de ser uma fronteira já “consolidada”, caracterizada por mudanças estruturais no sistema de produção agrícola, acesso a padrões urbanos de consumo e aos meios massivos de comunicação moderna (GUEDES *et al.*, 2017).

A população de estudo foi composta por casais heterossexuais, casados legalmente ou unidos por pelo menos 1 ano. A mulher foi definida como âncora na escolha do casal, a qual deveria ter entre 30 e 49 anos, possuir, de preferência, até o Ensino Médio e ter até 3 filhos. A técnica de recrutamento foi por conveniência, em que as abordagens foram feitas tanto no comércio local como em domicílios localizados em sítios na região rural. Posteriormente, foi aplicada a técnica da bola de neve, em que os próprios participantes indicavam conhecidos que se enquadravam no perfil. Tentou-se manter o máximo de heterogeneidade das redes de convivência e de perfis socioculturais distintos.

Foram realizadas entrevistas individuais em profundidade com cada um dos cônjuges, uma vez que essa técnica fornece informações ricas das biografias, das experiências de vida, das opiniões, valores, atitudes e sentimentos. Além disso, as entrevistas em profundidade individuais permitem expressão mais livre do próprio ponto de vista do que quando são entrevistados conjuntamente (MAY, 2004). Estas entrevistas foram conduzidas pela primeira autora, a partir de roteiros semiestruturados e concebidos de forma a estimular os entrevistados a falarem minuciosamente sobre aspectos de suas preferências e comportamento reprodutivo, especialmente, sua inter-relação com os papéis de gênero. Estes roteiros, assim como todo o projeto, foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais.

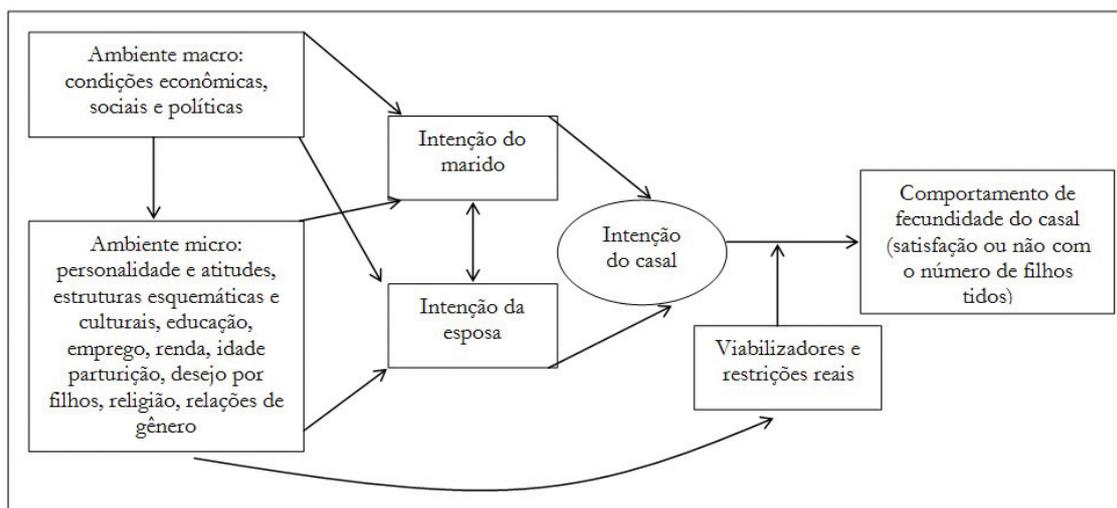
As entrevistas foram gravadas e transcritas, sendo os participantes identificados por meio de nomes fictícios, número de filhos e idade, de forma que o leitor tenha certeza de que as falas utilizadas refletem opiniões que vêm de diferentes pessoas, e não de uma única. As falas dos entrevistados no texto estão apresentadas sempre em itálico e entre aspas (ex. “*fala do entrevistado*”). Já as minhas interferências e questionamentos estão sinalizados entre colchetes (ex. [fala minha]).

Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo para sua interpretação. Especificamente, optou-se por utilizar a técnica de análise das redes de temas, sugerido por Attride-Stirling *apud* Simão (2005) e Carvalho (2014). Esta proposta analítica é uma forma de organizar a análise temática dos dados qualitativos categorizando os temas que surgem nos textos em diferentes níveis de interesse. A organização das sessões temáticas se baseia na junção das discussões teóricas realizados por Ajzen (1991), Miller *et al.* (2004), Johnson-Hanks *et al.* (2006), Klobas (2011) e Balbo e Mills (2011), para o processo de planejamento e implementação do comportamento reprodutivo entre casais.

A partir dos estudos destes autores, foi possível construir o arcabouço teórico apresentando na FIG.1, o qual será utilizado como pano de fundo nas discussões deste estudo. Nele, é possível verificar que tanto o ambiente micro quanto macro interferem na construção das intenções reprodutivas de cada cônjuge, em que estas sofreriam influência mútua das intenções um do outro. A partir da ação dos viabilizadores e/ou restrições reais, que podem ser, por exemplo, as relações de gênero existentes entre os parceiros, o poder de barganha de cada cônjuge, a percepção do casal da sua capacidade de tornar real a sua intenção reprodutiva, a influência positiva ou negativa da rede social do casal, entre outros; estas intenções podem ou não se tornar reais. Tudo isso, então,

levaria ao comportamento de fecundidade do casal, o qual pode ser tanto no sentido de terem uma fecundidade satisfeita ou insatisfeita, neste caso, tendo o número de filhos nascidos vivos mais ou menos do que desejavam.

FIGURA 1 – Esquema do modelo teórico da construção das intenções reprodutivas e variáveis que interferem no comportamento reprodutivo de casais



Fonte: Retirado de Carvalho (2014).

1.2 - Breve descrição do perfil dos entrevistados

Foram entrevistados 20 casais, com idade média de 38 anos, sendo que os homens tinham em média 42 anos (com as idades máximas e mínimas de 31 e 53 anos, respectivamente) e as mulheres tinham em média de 36 anos (com as idades máximas e mínimas de 30 e 48 anos, respectivamente). A idade média à primeira união foi bastante jovem entre os entrevistados (20 e 25 anos para mulheres e homens, respectivamente); notou-se que, entre as mulheres, algumas se uniram antes mesmo de completar 15 anos. Em consequência disso, a idade ao ter o primeiro filho também foi bastante precoce, uma vez que muitas se uniram justamente devido ao fato de estarem grávidas (a média de idade foi 22 anos para as mulheres e 26 anos para os homens), sendo que a idade mais jovem entre elas foi de 16 anos, e de 20 anos entre eles.

Quanto aos aspectos sociodemográficos, todos os entrevistados eram imigrantes do município e vieram, principalmente, de cidades vizinhas e do Estado do Paraná. Quanto à residência, 9 casais moravam na zona urbana do município, desempenhando funções, na maioria das vezes, ligada ao comércio (vendedor/atendente, donos de pequenos comércios, etc.) e/ou empregados públicos (prefeitura, principalmente); e 11 casais residiam na região rural, contudo, locais bastante próximos e muito integrados com a cidade, ao ponto de que alguns desempenhavam trabalho remunerado na zona urbana, tais como motorista de ônibus, professora infantil. Entre as mulheres, apenas 2 delas se declaram donas de casa e afirmaram não possuir renda. As outras, mesmo que residentes na zona rural, tinham participação nos lucros da venda de produtos do sítio, ou tinham parceria com o esposo no trabalho rural. A escolaridade ficou em torno do Ensino Fundamental para a maioria dos entrevistados, contudo, entre as mulheres, a maioria delas já havia concluído (mesmo que tardiamente) o Ensino Médio. Foi muito relatado entre elas a vontade de continuar a estudar, sendo que uma delas revelou já ter iniciado a faculdade de ensino à distância.

2 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1- Formação dos desejos e intenções de fecundidade

Os desejos por filhos, para a maioria dos entrevistados, parecem surgir ainda na adolescência, como algo esperado do curso de vida. Essa vontade de alcançar a (pa)maternidade aparece mais cedo e mais forte entre as mulheres do que entre os homens, sendo um processo mais naturalizado para elas, como pode ser visto na fala da Marta. Para os homens, apesar do projeto de ter filhos existir no horizonte do ciclo de vida, esse aparece mais tardiamente, após um período no qual os homens já passaram pelas experiências típicas do imaginário masculino. Essas percepções de naturalização do processo de formação dos desejos por filhos também foram encontradas no estudo de Carvalho (2018).

“Olha, eu sempre tive na minha mente, assim, que eu queria ser mãe, queria ser mãe de dois filhos...” (Marta, 38 anos, 2 filhos).

“Eu pensava em casar, mas quando eu achar a pessoa que achasse que era certa, mas não tinha aquela pressa não, aquela vontade toda. Até os 27 anos eu só queria curtir a vida, não queria nem saber de filho...” (Adalto, 45 anos, 2 filhos).

Para outros entrevistados, exemplificado na fala da Raquel e Bárbara, ambas ainda sem filhos, houve a consciência de que esse desejo “natural” por filhos era resultado do ambiente familiar em que foram criadas, o qual influenciou os seus desejos para ter filhos, uma vez que foi passada a ideia de que era algo esperado das mulheres e devia integrar seus planos futuros. Esse apontamento revela uma tomada de consciência da influência das normas e valores vivenciados no ambiente familiar no processo de formação dos desejos e intenções por filhos por parte destas entrevistadas. Apesar do contexto ser bastante diferenciado, esta discussão se relaciona com a Teoria do Comportamento Planejado, a qual destaca o papel da percepção pelos indivíduos das influências das normas, valores e pressões sociais sobre ter ou não filhos em seus desejos e decisões reprodutivas (KUHNT; TRAPPE, 2013).

“Eu tinha um sonho, mas eu também acho que esse sonho já é do meio em que eu vivi, então eu não tinha essa... Eu não fui preparada para falar: ‘Você pode escolher, você pode não casar, você pode não ter filhos’. É desde pequena. Eu acho que já é algo que é colocado, porque eu acho que hoje é mais aberto. Mas eu acho que antes era mais colocado, não tinha opção, não se cogitava, falar: ‘Eu não vou casar. Eu vou só construir a minha carreira’” (Raquel, 31 anos, sem filhos).

“Vem desde criança. Eu acho que assim, é uma coisa mais imposta socialmente. Nunca teve esse: ‘Eu quero’. Parece que é uma coisa que já vem com a gente, parece que faz parte, é natural, parece que é quase uma coisa obrigatória, você vai casar, vai construir família e vai ter filhos, como se não fosse uma opção, como se fosse aquilo, como se você tivesse que viver aquilo, e não escolha” (Barbara, 32 anos, sem filho).

Para um outro grupo de entrevistados, o desejo por filhos se formou mais tardiamente, seja devido à busca de auto realização pessoal em um primeiro momento, como o caso de Samantha, ou, como apontado por Camila, por influência de suas experiências familiares, as quais a fizeram desejar se estabelecer profissionalmente primeiro a ter o filho. Nesses casos, o tamanho de família vivenciado (famílias grandes e com dificultadas financeiras) as motivou a desejar menos filhos, e/

ou de tê-los mais tardiamente, a fim de adquirirem melhores condições de vida previamente. Acha- dos similares foram encontrados no estudo de Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), em que a busca por estabilidade profissional e financeira se apresentaram como um determinante importante no momento da decisão e planejamento por filhos.

“Não [queria ter filhos]. Nem casar, esse negócio de namorar, eu não tinha essas coisas, não. O meu negócio era trabalhar, ter o meu dinheiro, comprar a minha roupa, o meu sapato novo...” (Samantha, 48 anos, 2 filhos).

“Tipo assim, vendo a minha mãe, a minha família tendo bastante filho, a minha mãe é mãe de sete filhos, então eu nunca quis isso para mim. Eu sempre falei: ‘Quando eu casar, eu quero ter no máximo um casal. Mas se caso acontecer de eu ter mais um, só, no máximo estourando três filhos’” (Camila, 30 anos, 2 filhos).

2.2 - Medos e (in)segurança quanto à (pa)maternidade

O surgimento do medo e insegurança quanto à (pa)maternidade, para a maioria dos entrevistados, foi em decorrência de terem sido pais e mães muito jovens e sem planejamento. Essa falta de tempo para se preparar para o nascimento dos filhos, tanto financeira quanto psicologicamente, influenciou diretamente a percepção da capacidade de se tornar ou não mães/pais, o que, para a Teoria do Comportamento Planejado, seria um dos determinantes do processo de formação e intenções por filhos (AJZEN, 1991), pois sabe-se que uma gravidez não desejada/planejada em idade jovem traz consequências para toda uma vida. Isso porque, como referido por Arilha (1998), ter filhos é algo que os homens vinculam com o início de uma nova etapa na vida, em que se encerra a curtição e começa a vida familiar e a responsabilidade. Contudo, quando estas etapas não são bem planejadas, acontece o que relata o Marcelo.

“Medo de não dar conta, de deixar passar dificuldade, essas coisas. A gente via tanto pai com o menino sofrendo, né?” (Fernando, 46 anos, 2 filhos).

“Ah, filho é bom, mas dá muito problema, né? É difícil para mexer. Criança é muito bom, mas chega numa certa idade, começa a dar muito trabalho. E a gente novo também, né? Quando você tem uma certa idade para ter filho, você tem mais paciência, quando você é novo, você não tem tempo para filho. Você quer curtir a vida, você quer trabalhar e ganhar dinheiro, aí você não quer viver para o filho, você quer viver para você.” (Marcelo, 53 anos, 2 filhos).

Já entre as mulheres, a insegurança esteve mais relacionada às questões práticas, como o decorrer da gravidez em si e o momento do parto. Essa ansiedade e medos parecem ser uma preocupação bastante comum, como apontado por Merighi *et al.* (2007), com destaque para mulheres jovens que desconhecem as informações sobre o processo de parturição, as condutas de rotina da maternidade etc.

“Eu tinha medo de ter filhos (...). Então eu tinha medo da gravidez, eu tinha medo de passar por tudo isso, então eu não queria. E tinha medo também de ser mãe. Então eu não queria ser mãe. Inclusive, eu casei com ele até com essa condição” (Flávia, 35 anos, 2 filhos).

“Não. Eu nunca quis ser mãe. Achava que era difícil, tinha medo de ter filho na hora de nascer... Tinha medo de morrer no parto...” (Rosária, 36 anos, 2 filhos).

Uma outra parte dos casais – minoria deles – declararam que, por terem se planejado para ter os filhos, principalmente atingindo uma estabilidade e segurança financeira mínima, como terem casa própria e, conseqüentemente, também já não serem tão jovens, eles não se sentiram inseguros quanto à (pa)maternidade. Esses achados corroboram outros estudos que apontam para a importância da estabilidade tanto econômica quanto emocional para a decisão de se ter filhos (DE LIMA PARADA; TONETE, 2009).

“Evitamos sim, porque a gente estava desestabilizado, né? Então estava pagando terreno, construindo, não dava para pensar em ter filho, ia atrapalhar muito. “- Vamos segurar”. Quando eu estava com trinta, agora vamos” (Pedro, 49 anos, 3 filhos).

“Porque quando nós casamos não tínhamos nada, nem casa para morar, então eu pensava que tinha que ter alguma coisa para dar um conforto, pelo menos um lugar para morar” (Selma, 49 anos, 2 filhos).

2.3 – Processo de adequação dos desejos individuais em comportamento conjugal

Ficou bastante evidente que, para a maioria dos casais, a decisão sobre o número de filhos que o casal teria era de responsabilidade da mulher. Apesar de um discurso em que tendem a dizer que a decisão foi conjunta, no desenvolver das falas, percebe-se que tanto nas decisões que envolveram o uso de método contraceptivo para adiar o nascimento quanto, também, para a decisão do momento ideal para engravidar foram deixadas a cargo das parceiras. A justificativa para esse comportamento seria porque como é a mulher aquela que sofre as conseqüências da gravidez, então seria mais justo para elas decidirem sobre esse processo. Essa noção da decisão sobre filhos ser feminina é percebida pelos homens e também pelas mulheres. Essa visão, tida mais tradicional, se correlaciona com o que Oliveira (2007) acredita que tenha sido uma visão que predominou e ainda predomina para muitos indivíduos, baseados somente na questão biológica. Assim também revelou Nogueira *et al.* (2018, p. 246), os quais afirmam que ainda persiste “a visão construída socialmente e culturalmente sobre a responsabilidade da anticoncepção imposta e aceita pela mulher e a ausência do homem nesse processo”.

“A gente decidiu esperar um pouco, dar um tempo de pelo menos um ano, um ano e pouquinho, foi que ‘nós planejou’... Mas eu deixei mais por conta dela, né?” (Anselmo, 42 anos, 2 filhas).

“Ele nunca falou que não quer, né? [ter outros filhos]. Eu que optei assim, eu vou ter só essa mesmo” (Amélia, 35 anos, 1 filho).

“Hoje ele ainda fala: ‘Vamos adotar um neguinho’. Eu falo: ‘Não. Não quero mais, não’” (Tânia, 37 anos, 2 filhos).

“Por mim, ‘nós parava’ no que estava, mas ela queria, então vamos tentar (...) Deixo para ela decidir, porque o sofrimento sempre é mais da mãe, para mim decidir por mim e por ela não tem jeito.” (Adalto, 45 anos, 2 filhos).

“Eu acho vai [querer adotar], porque ele vive falando: ‘Vamos desligar esse negócio aí e fazer um filho’, mas eu digo ‘Por agora não’” (Karla, 33 anos, 2 filhos).

Interessante observar a fala do Júlio, o qual relata a grande influência que o desejo da parceira por filhos acarreta sobre os seus próprios desejos. No caso dele, ouve interferência dos dois lados, ou seja, uma interferência mútua dos desejos por filhos e, é claro, um acordo sobre as decisões. Esse é um exemplo do que Miller *et al.* (2004) chama de “círculo de efeitos”, em que os desejos e o comportamento verbal e não-verbal do marido afetam a percepção desses desejos, que influencia os próprios desejos da mulher, que, por sua vez, interferem no seu comportamento verbal e não verbal e na percepção dos desejos do marido, e assim por diante. Cada cônjuge comunica verbal e não-verbalmente para o seu parceiro os seus desejos e intenções por filhos e cada um dos cônjuges, por sua vez, interpreta o comportamento verbal e não-verbal de seu parceiro e faz suas inferências dos desejos, intenções e motivações do companheiro para ter ou não filhos (MILLER, 2011).

“Eu sempre falei que queria ter filhos, que eu queria ter uma família e tal, e não sei como foi exatamente, mas ela me disse que de repente desabrochou esse instinto materno. Eu não sei qual foi a razão, o que causou isso, porque antes ela não queria. (...) Depois que ele nasceu [o filho], eu não queria ter mais filhos. Mas a minha esposa queria muito ter uma menina, então nós decidimos. Ela me convenceu, me convenceu a tentar. Eu falei: ‘Então tá, mas o combinado é o seguinte, seja menino ou menina, é o último’” (Júlio, 31 anos, 2 filhos).

2.4 – Realização dos desejos e intenções por filhos e satisfação com a fecundidade alcançada

No que diz respeito à fecundidade desejada e realizada, observou-se que o número ideal de filhos entre os entrevistados permaneceu bem próximo da média nacional, em torno de 2,3 filhos, ligeiramente superior para os homens (2,5) do que para as mulheres (2,2). Por outro lado, o número de filhos nascidos vivos foi de 1,9, sendo de 2,2 para os homens e 1,8 para as mulheres. Ou seja, apesar de pequena, havia uma discrepância negativa de fecundidade neste grupo, a qual era maior entre as mulheres, pois muitos homens tinham filhos do relacionado atual e também filhos de relacionamentos anteriores, fazendo com que sua fecundidade alcançada até mesmo ultrapassasse sua fecundidade desejada (em três entrevistados). De outro modo, observou-se que, dos 40 entrevistados, metade deles declararam um número de filhos desejados menor do que o número de filhos que tinham naquele momento. Em contrapartida, sete deles disseram ter mais filhos do que gostariam de ter e 13 disseram ter exatamente o número de filhos que pretendiam. Sendo assim, pode-se perceber neste grupo os dois tipos de discrepância, sendo que a maior parte dos entrevistados ainda não havia atingindo sua fecundidade ideal, o que corrobora com o estudo de Carvalho *et al.* (2016).

A preferência pelo sexo ficou bastante evidente nas falas dos entrevistados, os quais apresentaram uma preferência por um casal de filhos. Alguns entrevistados indicaram como esta preferência os levaria a ter um filho adicional (no caso dos que desejam dois, a possibilidade de terem o terceiro filho, antes não planejado), a fim de realizar o desejo de terem o casal, especialmente entre casais residentes na área rural. Interessante notar que, para a maioria dos homens, foi clara a importância do filho do sexo masculino, como pode ser percebido na fala do Marcos. Muitos estudos documentaram essa preferência masculina, a qual está ligada à crença de que os pais têm uma proximidade maior com o filho homem, especialmente quando este estiver adulto (BUSTAMANTE, 2005).

“Eu queria um casal, né? Eu falava: ‘Men Deus, se vir um menino, eu vou ter que ter outro’. (E você teria outro?) ‘Eu não queria outro, eu queria só dois. Aí eu pedia muito

a Deus, que eu queria um casal. Ai graças a Deus veio o meu casalzinho.” (Maria Teresa, 35 anos, 2 filhos).

“Acho que todo homem tem vontade de ter um filho. Menina é muito bom, maravilhoso, mas todo homem tem vontade de ter um filho, acho que é aquela coisa de levar o nome, o legado, então eu tinha vontade de ter um menino. E graças a Deus eu fui contemplado com um casal” (Marcos, 41 anos, 2 filhos).

Interessante observar que o desejo por três ou mais filhos (somente 5 casos) foi presente, também, entre casais mais velhos que já tinham filhos adultos e independentes, e por isso sentiam falta da presença de crianças em casa e do afeto das mesmas, como revelou Juscelino. Já, na fala da Rosa, o desejo por mais um filho veio em decorrência do recasamento. O recasamento tem sido apontado, em outros estudos, como um fator que pode mudar as intenções reprodutivas dos casais (MARCONDES, 2008). Em ambos os casos, parece que houve arrependimento do fato das mulheres terem realizado esterilização precocemente (antes dos 30 anos), e novamente remetem à dificuldades de acesso ao planejamento familiar desta região e ao grupo de entrevistados.

“Se hoje eu não fosse laqueada, eu tentaria, né? [ter o quarto filho] Porque hoje eu casei de novo” (Rosa, 35 anos, 3 filhos).

“Como hoje eu me arrependo [de não ter mais filhos], assim, se ela não tivesse operado, se a gente pudesse ter mais um filho, eu queria (...) Porque é o seguinte, os bichinhos quando estão pequenininhos, uma certa idade, eles são tão amorosos, são tão cuidados, tem a gente como... A gente é tudo. Então, no fundo, no fundo, hoje a gente sente falta disso.” (Juscelino, 42 anos, 2 filhos).

Apesar das duas falas acima indicarem uma possibilidade real e física como motivos que não levaram os entrevistados a realizarem o desejo para ter mais de dois filhos, o motivo mais comum relatado por aqueles que não atingiram a fecundidade desejada foi a alegação do elevado gasto financeiro de criação dos filhos atualmente. Isto porque todos eles se mostraram bastante preocupados em investir na educação dos filhos, os quais, segundo eles, requer um grande investimento financeiro. Esses achados corroboram o estudo de Pereira Braz *et al.* (2005), que mostrou que famílias de classes menos favorecidas enfatizam a transmissão de valores relacionados à educação formal, o respeito e normas morais para seus filhos.

“Porque é o seguinte, o custo de vida é alto, o custo de vida para a gente é alto. Então você ter mais filho e deixar de qualquer jeito, fica ruim, então dois, para conseguir manter uma faculdade, um estudo, né?” (Sérgio, 43 anos, 2 filhos).

“Depois que eu tive a primeira, que é a Laís, aí eu mudei o meu pensamento, queria ter mais. Mas assim, depois vai vendo financeiramente, tem custo, é que nem eu falei para você, eu penso muito na escola dos meus meninos, eu quero o melhor para eles, entendeu?” (Paula, 32 anos, 2 filhos).

“Eu acho que a dificuldade hoje está mais pesada. Hoje para você criar e educar um filho está difícil, então nós resolvemos parar em dois só, para poder dar uma assistência boa para eles, né?” (Vicente, 50 anos, 4 filhos).

Apesar da questão financeira ser um forte determinante para fazer o balanço entre o número ideal e realizado de filhos, foi bastante claro entre estes entrevistados a rejeição à ideia de ter o filho único. Contrariamente ao estudo de Carvalho (2014), essa opção não foi apontada como algo bom por nenhum entrevistado, dada a importância que consideram em ter irmãos para a convivência e felicidade dos filhos, como demonstrado nas falas abaixo.

“Eu acredito que quando é um filho único, se sente muito só. Então dois é um número razoável, que você dá educação, qualidade” (Sandro, 32 anos, sem filhos).

“Não...nunca quis ter um só...Porque um eu acho que é muito triste, você não ter um irmão, não ter sobrinhos” (Amanda, 42 anos, 2 filhos).

E, assim, observa-se que, com relação à satisfação com a (pa)maternidade, muitos participantes demonstraram que, apesar da discrepância encontrada, a maioria está satisfeita com essa escolha e declarou que ter filhos contribuiu para a sua realização pessoal, trazendo um amadurecimento pessoal.

“Então, eu amadureci muito sendo pai, então eu vejo que se não fosse pai estaria perdendo um bocado de aprendizado. Eu vejo pessoas que não têm filhos falando a respeito de filhos, com ideias a respeito de filhos que eu tinha, e que eu vejo que são absolutamente incompatíveis com a realidade” (Júlio, 31 anos, 2 filhos).

“Sei lá. Quando você se torna mãe, você muda, você muda o jeito de pensar ou muda o jeito de ser, você esquece de você e lembra mais dele. (...) Então hoje eu acredito que uma família com base é você ver seu filho estudando, se formando, tendo um bom emprego, você tendo um bom marido, um companheiro, a sua casa... Para mim isso é a felicidade” (Francisca, 37 anos, 2 filhos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou qualitativamente o processo de formação e realização das preferências reprodutivas numa região de fronteira no Norte do Brasil entre casais de baixa escolaridade, a fim de se avançar no entendimento do processo de contínua queda da fecundidade nessa região.

Observou-se que o processo de formação do desejo por filhos surge na adolescência, em especial, entre as mulheres, e tem uma forte relação com a experiência familiar vivenciada pelos indivíduos. O grupo entrevistado mostrou duas tendências diferentes nesse processo: alguns buscaram, primeiramente, a estabilidade financeira e o planejamento para se ter filhos mais tardiamente, principalmente porque desejavam dar uma vida diferente da que tiveram para seus filhos. O outro grupo, mais representativo, teve filhos quando mais jovem e sem planejamento familiar, em decorrência, principalmente, da falta de acesso e de conhecimento sobre formas de uso dos métodos contraceptivos. As consequências desse não planejamento do primeiro filho foram inseguranças quanto à (pa)maternidade e dificuldades financeiras. Contudo, isso levou o casal a buscar orientação para adiar e planejar melhor os demais nascimentos. Esse planejamento por filhos e as decisões sobre quando e quantos filhos ter são claramente relacionadas ao universo feminino, ficando, na maioria das vezes, a responsabilidade a cargo delas. O que, como demonstrado por Nogueira *et al* (2018), por um lado pode ser considerado como um processo de empoderamento feminino, por outro lado, pune e culpabiliza as mulheres por possíveis resultados não planejados/desejados, como o caso de uma gravidez indesejada.

De modo geral, a discrepância de fecundidade encontrada foi negativa, pois a maioria dos casais entrevistados tinham menos filhos do que declararam desejar. Apesar disso, é importante destacar que, exceto nos casos que existia um arrependimento do uso da esterilização e daqueles que ainda não tinham nenhum filho, não foi perceptível que essa discrepância interferisse na satisfação com fecundidade alcançada pelos casais. Aparentemente, os entrevistados não pareciam dispostos a, de fato, implementar aquele número de filhos idealizado – na maioria das vezes 3 ou mais. A tentativa de oferecer uma melhor qualidade de vida para os filhos que já possuíam parece ser o principal motivo que levou os entrevistados a não realizarem o número de filhos anteriormente idealizado. A oportunidade de cursar uma faculdade (não acessível para a grande parte deles) foi apontada como sendo um objetivo para seus filhos. Isso revela que os entrevistados têm uma grande consciência da importância do controle do número de filhos e do planejamento entre um nascimento e outro.

Apesar da intenção baixa por filhos, foi bastante forte no grupo de entrevistados a negação ao filho único, a preferência por filhos homens entre os entrevistados do sexo masculino e a busca pela figura do casal de filhos (dois filhos de sexos diferentes). O que indica que, apesar da região apresentar uma taxa de fecundidade acima do nível de reposição e ainda ter uma preferência por filhos mais elevada em comparação com outras regiões do país, o comportamento dos casais entrevistados se mostra bastante parecido com aqueles mais escolarizados e que residem nas regiões mais desenvolvidas do país. Não se identificando atualmente, portanto, as particularidades do comportamento de fecundidade das regiões de fronteiras para o grupo de casais entrevistados.

Os resultados contribuem para reforçar a tese de uma convergência do comportamento reprodutivo dos casais brasileiros, com redução tanto do número de filhos desejados como tidos, nas diversas camadas sociais e regiões do país. O que não significa diminuição do valor e importância da criança na família dos entrevistados, os quais parecem, ainda, ter uma visão bastante familista. Isto se deve, na maioria das vezes, à vivência da infância destes entrevistados em famílias grandes e a busca por reaplicar este modelo às suas próprias famílias – com a adaptação possível ao meio ambiente atual. O que remete às ideias desenvolvidas por Áries (1980) sobre as diferentes motivações para redução da fecundidade, em que se pode concluir que a queda da fecundidade no grupo entrevistado parece seguir motivos ainda de uma cultura "orientada para a criança", o que leva a um enorme investimento sentimental e financeiro em prol dos filhos, oferecendo-lhes oportunidades que eles não tiveram. Quando comparados com casais de contextos metropolitanos e de maior escolaridade (Carvalho, 2018), percebe-se uma diferença importante destas motivações para redução da fecundidade, em que, no contexto mais desenvolvido, a vida não é mais planejada em termos das crianças e seu futuro, e ter filhos não é mais uma necessidade entre os casais. E, portanto, a baixa fecundidade realizada se relaciona às motivações ligadas à busca da realização pessoal, e não ao investimento na criança.

Particularmente na área de fronteira – talvez já consolidada, neste caso –, vislumbra-se um cenário de quedas ainda possíveis da fecundidade: num nível macro, é possível que aspectos como a mudança na estrutura agrária e a influência de padrões de comportamento mais urbanos (consumo, informação, tecnologia) desempenhem importante papel. Na esfera mais próxima aos casais, o acesso a diferentes formas de contracepção, a redução de falhas de uso dos métodos (fator ainda presente na região analisada), bem como melhor planejamento do tempo dos nascimentos, poderá, também, contribuir para reduções ainda maiores da fecundidade em um futuro próximo na região.

REFERÊNCIAS

- AJZEN, I. The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, v.50, 1991, p.179–211.
- ARIÈS, P. Two successive motivations for the declining birth rate in the West. *Population and Development Review*, v. 6, n 4, 1980, 645–650.
- ARILHA, M. Homens: entre a "zoeira" e a "responsabilidade". In: ARILHA, M. et al (dir.), *Homens e Masculinidades: outras palavras*, São Paulo: ECOS, Ed 34, 1998, p. 51- 77.
- BALBO, N. N.; MILLS, M. The influence of the family network on the realisation of fertility intentions, *Vienna Yearbook of Population Research*, v. 9, 2011, p. 179-206.
- BARBOSA, P. Z.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, vol.19, n 1, 2007, pp. 163-185.
- BECKMAN, L. J. et al. A Theoretical Analysis of Antecedents of Young Couples Fertility Decision and Outcomes. *Demography*, v.20, 1983, p.519-533.
- BERQUÓ, E; CAVENAGHI, S. M. Notas sobre os diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 31, n. 2, p. 471-482, 2014.
- BERQUÓ, E; LIMA, L. P. de. Intenções Reprodutivas e Planejamento da fecundidade. In *Relatório Final da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006*, Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- BUSTAMANTE, V. Ser pai no subúrbio ferroviário de salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, set./dez. 2005, p. 393-402.
- CAETANO, A. J.; AMORIM, F. A. Classe social, reprodução e contracepção no Brasil contemporâneo. In Margareth A. et al. (dir.) *Diálogos transversais em gênero e fecundidade. Articulações contemporâneas*. Campinas: Librum, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012.
- CAMPOS, M. B.; BORGES, G. M. Projeção de níveis e padrões de fecundidade no Brasil. In ERVATI, L.; BORGES, G. M. (dir.) *Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI*. Estudos e Análises Informação Demográfica e Socioeconômica, IBGE, n. 3, 2015.
- CARR, DL. et al. Declining fertility on the frontier: The Ecuadorian Amazon. *Population and Environment*, v. 1, n. 28, n.1, 2006, p. 17-39.
- CARVALHO, A. A. et al. Alice in Wonderland: Unrealized fertility and satisfaction with the number of children according to the couples' point of view in a city of Brazil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 35, n. 1, 2018.
- CARVALHO, A. A. et al. Discrepant Fertility in Brazil: an analysis of women who have fewer children than desired (1996 and 2006). *Revista Latinoamericana de Población*, v. 18, 2016, p.83-106.
- CARVALHO, A. A. et al. "Foi nascendo a vontade": análise dos desejos de fecundidade de casais e suas influências mútuas. In: CAVENAGHI, S. M.; CABELLA, W. *Comportamiento reproductivo y fecundidad en América Latina: una agenda inconclusa*. Rio de Janeiro: ALAP, 2014.
- CASTRO M. C.; SINGER, B. *Migration, urbanization and malaria: a comparative analysis of Dar es Salaam, Tanzania and Machadinho, Rondônia, Brazil*. In Conference on African Migration in Comparative Perspective, Johannesburg, South Africa, June, 2003.
- COSTA, A. M. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 14, n. 4, 2009.

- GUEDES, G. R. et al. Ciclos de vida de la propiedad y del hogar, mercados y cambios en el uso y la cobertura de la tierra en la Amazonia brasileña. *Notas de Población*, v. 44, n. 104, 2017.
- IBGE (Instituto Nacional de Geografia e Estatística). Censo Demográfico 2010 - Resultados da Amostra: Nupcialidade e fecundidade, Rio de Janeiro, IBGE, 1-346p.
- KLOBAS, J. The Theory of Planned Behaviour as a model of reasoning about fertility decisions. *Vienna Yearbook of Population Research*, v.9, 2011, p. 47-54.
- KUHNT, A. K.; TRAPPE, H. Easier said than done: Childbearing intentions and their realization in a short-term perspective in Max Planck Institute for Demographic Research. *Working Paper*, n.2013-018, Rostock, Germany, 2013.
- MARCONDES, G. S. *Refazendo famílias: as trajetórias familiares dos homens recasados*. Tese de doutorado em Demografia, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 288 p.
- MERIGHI, M. A. B. et al. O processo de parto e nascimento: visão das mulheres que possuem convênio saúde na perspectiva da fenomenologia social. *Acta Paul Enferm*, v. 20, n. 4, 2007, p. 434-40.
- MERRICK, T. W. Fertility and land availability in rural Brazil. *Demography*, v. 15, n. 3, 1978, p. 321-336.
- MILLER, W. et al. A framework for modeling fertility motivation in the couple. *Population Studies*, v.58, n. 2, 2004, p. 193-205.
- MILLER, W. et al. Comparing the TPB and the T-D-I-B framework. *Vienna Yearbook of Population Research*, v. 9, p. 19-29, 2011.
- MORGAN, P. S. Individual and couple intentions for more children. *Demography*, v. 22, 1985, p. 125-132.
- MORGAN, P. S.; TAYLOR, M. G. Low fertility at the turn of the Twenty-First Century. *Annual Review of Sociology*, v. 32, 2006, p. 375-99.
- NOGUEIRA, I. L. et al. Participação do homem no planejamento reprodutivo: revisão integrativa. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental*, v. 10, n. 1, 2018, 242-247.
- OLIVEIRA, M. C. O lugar dos homens na reprodução. In: *Gênero, famílias y trabajo: rupturas y continuidades*. Desafios para la investigación política. GUTIÉRREZ, M. A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2007.
- PAN, W. *Fertility determinants on the frontier: longitudinal evidence from the Ecuadorian Amazon*. In Annual Meeting of Association of American Geographers, Los Angeles, March, 2002.
- PARADA, C. M. G. L.; TONETE V. L. P. Experiência da gravidez após os 35 anos de mulheres com baixa renda. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, v.33, n. 2, 2009, p. 385-392.
- PEREIRA BRAZ M. et al. Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. *Psicologia: Reflexão e crítica*, v. 18, n. 2, 2005, p. 151-161.
- POTTER, J. E. et al. Mapping the Timing, Pace and Scale of the Fertility Transition in Brazil. *Population and Development Review*, v. 36, n. 2, 2010, p. 283-307.
- RYDER, N. B. The process of demographic translation. *Demography*, v. 1, n. 1, 1964, p. 74- 82



SIMAO, A. B. *A Primeira Relação Sexual, o Primeiro Casamento e o Nascimento do Primeiro Filho: Um Estudo Quantitativo e Qualitativo de Duas Coortes de Mulheres em Belo*. Tese de doutorado em Demografia, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

SUTHERLAND, E. et al. Fertility and the environment in a natural resource dependent economy: evidence from Petén, Guatemala. *Población y Salud en Mesoamérica Revista electrónica*, v. 2, n. 1, Art. 2. Jul., 2004, p. 1-14.

SYDENSTRICKER, J. M. Família, fecundidade e as estratégias de assentamento em Rondônia: um estudo de caso. *Textos NEPO*, n. 18, 1990.

TAYLOR, B.; DE VOCHT H. Interviewing Separately or as Couples? Considerations of Authenticity of Method. *Qualitative Health Research*, v. 21, n. 11, Nov. 2011, p. 1576-1587.

THOMSON, E. Couple childbearing desires, intentions, and births. *Demography* v. 34, 1997, p. 343-354.

THOMSON, E. et al. Fertility desires and fertility: Hers, his, and theirs. *Demography*, v.27, 1990, p. 579–588.

THOMSON, E.; HOEM, J. Couple childbearing plans and births in Sweden. *Demography*, v. 35, 1998, p. 315-322.

WONG, L. R. Evidences of further decline of fertility in Latina America: Reproductive behavior and some thoughts on the consequences on the age structure. In: CAVENAGH, S. M (dir.). *Demographic transformations and inequalities in Latin America: Historical trends and recent patterns*, Rio de Janeiro, ALAP, Serie Investigaciones 8, 2009.